



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Marynéa Vasconcellos de Freitas Novais

**A POSIÇÃO DO PROFESSOR COMO MEDIADOR DA EDUCAÇÃO FRENTE À  
EXCLUSÃO DO SABER NA ESCOLA, EM SALA DE AULA.**

São Gonçalo,  
2010

Marynéa Vasconcellos de Freitas Novais

**A POSIÇÃO DO PROFESSOR COMO MEDIADOR DA EDUCAÇÃO FRENTE À  
EXCLUSÃO DO SABER NA ESCOLA, EM SALA DE AULA.**

Monografia apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Pedagogia, Licenciatura Plena, pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Lúcia de Abrantes Fortuna

São Gonçalo,  
2010

Marynéa Vasconcellos de Freitas Novais

**A POSIÇÃO DO PROFESSOR COMO MEDIADOR DA EDUCAÇÃO FRENTE À  
EXCLUSÃO DO SABER, NA ESCOLA EM SALA DE AULA.**

Monografia apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Pedagogia, Licenciatura Plena, pela Faculdade de Formação de professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Doutora Maria Lucia Abrantes Fortuna (orientadora)

Departamento de Educação da  
Faculdade de Formação de Professores / UERJ

---

Professora Mestre Vera Pereira Muniz

Departamento de Educação da  
Faculdade de Formação de professores / UERJ

São Gonçalo,  
2010

## **DEDICATÓRIA:**

A minha família, foram esses: mãe, meu marido e minhas filhas, meu incentivo para chegar até aqui...

## **AGRADECIMENTOS:**

Em primeiro lugar agradeço a Deus, sem o qual nada poderia ser concretizado. Há Ele toda honra.

A minha mãe que acreditou em minha pessoa.

Ao meu marido que me incentivou a prosseguir, quando pensei em desistir.

As minhas filhas Carla, Marcela e Raquel, que se alegravam junto comigo a cada ano letivo conquistado.

A minha orientadora Maria Lucia Abrantes Fortuna, por sua atenção e carinho.

As minhas amigas Erika, Valéria e Lucinéia, com as quais enfrentamos horas de dificuldades e alegrias.

*“Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.”*

*Paulo freire*

## **RESUMO**

Tendo como inspiração inicial uma turma de alunos e/ou alunas do Curso de Pedagogia da UERJ/FFP e a maneira como se posicionam frente ao saber e ao não saber de suas companheiras de classe, utilizando como metodologia a observação, naquele espaço, dos efeitos, positivas ou não, das chamadas ações educativas, indagamos a posição do professor como mediador da educação frente à exclusão do saber na escola, em sala de aula. O objetivo foi investigar como as atitudes de intervenção ou omissão, desse professor podem influenciar no processo de ensino aprendizagem do aluno. Traçamos diálogos com alguns autores que trazem questionamentos que se assemelham ao que investigamos, quanto ao saber ou a suposta ausência de saber do indivíduo, para colaborar no processo de busca, que, por se tratar de uma monografia de conclusão de curso, somente representa um esforço no sentido de compreender a exclusão e as dificuldades de convívio em uma sala de aula.

**PALAVRAS-CHAVE:** Professor-Aluno, Saber, Exclusão.

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
2	<b>DIÁLOGANDO COM ALGUNS AUTORES: A ORIGEM DA QUESTÃO</b> .....	10
3	<b>DIALOGANDO SOBRE A EXPERIÊNCIA COM OUTROS AUTORES</b>	12
4	<b>SUGERINDO UM POSSÍVEL MATERIAL PEDAGÓGICO INCLUSIVO</b> .....	20
	<b>CONCLUSÕES POSSÍVEIS</b> .....	24
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	26



## 1 INTRODUÇÃO

Em um primeiro momento, decidi escrever sobre o tema da exclusão com alunos de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental nas escolas públicas na rede municipal de educação de São Gonçalo. Mas a pesquisa ficaria muito abrangente, carecendo de uma delimitação que possibilitasse sua realização, tanto em relação ao tema, como também em relação às escolas do Município de São Gonçalo, considerando que não haveria tempo suficiente para observações em todas as escolas do município. Foi quando a professora da disciplina de Pesquisa IV, sugeriu o recorte da temática, que agora se concentra na análise do papel do professor no processo exclusão e fracasso escolar dos alunos nas séries iniciais do ensino fundamental.

A idéia partiu da observação feita em minha turma do curso de Pedagogia da Faculdade de Formação de Professores na UERJ, onde observei por parte das colegas atitudes excludentes em relação àquelas que demonstravam insegurança no campo do saber. Ocorria que a maioria da turma tratava de forma pré-conceituosa especialmente duas alunas, rindo do que elas falavam e rejeitando-as nas atividades em trabalho de grupo. Afetada por aquela situação, formei grupo de trabalhos com elas, o que fez com que também eu sofresse rejeição por parte de algumas alunas, sentindo na pele, o que pode ser chamado de exclusão. A partir de então pude perceber todos os seus efeitos, já que estava como aluna, mas com o olhar de futura professora. Assim sendo pude sofrer e avaliar o quanto é prejudicial e doloroso se sentir excluída, pude pensar sobre as implicações que tal situação atinge a pessoa envolvida. Eu, que já era uma pessoa retraída, passei a me retrair ainda mais, sofrendo consequência direta nos processos avaliativos, com dificuldades de me expressar e me apresentar em seminários. No entanto, como adulto, pude lutar contra isso e procurar superar, porém muitas vezes me veio à mente a vontade de não prosseguir e desistir do curso. Entretanto o curso de Pedagogia nos ensina a questionar e foi o que comecei a fazer, pensando do meu lugar de “aluna/educadora”, indagando como o aluno e/ou a aluna sofrem e são afetados em sua possibilidade de saber/aprender, quando passam por qualquer tipo de exclusão, em especial por parte de seus colegas de classe. Como futura professora e diante dessas colegas que agora discriminam, pude perguntar: como agirão no lugar de professoras? Com certeza terão alunos, se não iguais, mas com comportamentos semelhantes às colegas com as quais elas estabelecem diferença e negam contato. Levando, pois, em

consideração que essas alunas serão futuras professoras e que enfrentarão alunos com as mesmas atitudes, comecei, então a questionar como agiriam frente à exclusão, já que excluir estava explícito nos seus modos de proceder.

Considerando a escola um espaço de educação, todos que convivem nela deveriam contribuir para compor um ambiente em que se percebam acolhidos tanto no “saber”, quanto no “não saber”, sejam eles, professores ou não. Ou seja, sendo a escola um lugar de produção e de construção do conhecimento, penso que como educadores não podemos ser omissos ao identificar uma situação de discriminação.

Partindo dessas reflexões iniciais minha problemática diz respeito ao lugar ocupado pelo professor, diante da exclusão sofrida por seus alunos em sala de aula. O que pensa o professor quando vê seu aluno sofrer discriminação? E como age frente a esse tipo de comportamento? O que o professor pode fazer para criar um ambiente saudável em meio a este conflito?

Como se trata de uma monografia de conclusão de curso, esta produção representa um esforço, ainda que inicial, de: compreender a exclusão sofrida no interior da escola, reconhecendo as dificuldades de convívio em relação à discriminação em uma sala de aula; analisar o papel do professor como educador, diante de situações de exclusão e tentar identificar diferentes tipos de exclusão/discriminação (gênero, raça, classe social, idade, etc.) presentes no interior de uma sala de aula.

Para isso utilizo como metodologia a observação no espaço de educação que é a Faculdade de Formação de Professores e as ações educativas, positivas ou não, expressas pelos futuros professores, já que, dessa instituição sairão profissionais da educação que, hoje, estão em processo de formação, mas que, futuramente cooperarão com a formação de outros. Paulo Freire (1996) nos mostra a importância de vivermos uma prática educativa que demonstre o incomodo com a *manifestação discriminatória de raça, gênero, de classe*.

Pretendo, portanto com essa escrita pensar sobre nossas atitudes como aqueles que com sua pratica educadora tem a oportunidade de contribuir com a construção social. Segundo FREIRE (1996) “A *reflexão crítica sobre a prática se torna exigência da*

*relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática ativismo.*

## **2 DIALOGANDO COM ALGUNS AUTORES: a origem da questão**

Segundo Charlot (1996, p 49) “*a relação com a escola não é apenas relação com uma instituição abstrata, mas também relação com um estabelecimento, uma classe, professores... que objetivam transmitir saber aos alunos.*” Neste sentido, acredito que esse saber tem maiores possibilidades de acontecer quando não há outras “preocupações” chamando a atenção da criança. O ambiente de aprendizado precisa ser prazeroso de diálogo, cumplicidade e de confiança. E para haver diálogo, cumplicidade e confiança, o aluno precisa ver no professor coerência entre o que ele fala e o que pratica. Para tanto, quando o/a professor/a observa uma situação de exclusão, precisa intervir, transmitindo coletivamente um ensino que demonstre desacordo com a desigualdade, não só para aqueles que a vivenciam, mas também para os que estão ao redor, na sala de aula, vendo a interferência do professor. Mas, se ao invés disso ele se omite, se posiciona inversamente mostrando ser indiferente às atitudes de discriminação de qualquer ordem, parece que pactua com a mensagem de que não há mudanças: uns são excluídos, mesmo, não há o que fazer, é simples assim, outros, são privilegiados, estão dentro de um modelo estipulado pela sociedade, que os favorece.

Segundo Silva (2007, p51) “*na análise de Giroux, as perspectivas dominantes, ao se concentrarem em critérios de eficiência e racionalidade burocrática, deixavam de levar em consideração o caráter histórico, ético e político das ações humanas e sociais...*”. Ou seja, por esta formulação, parece que o/a professor/a, mais cobrado pela burocracia escolar, deixa de levar em consideração as ações humanas expressas no cotidiano das relações escolares, onde tais processos discriminadores ocorrem, por vezes, no seu subterrâneo. Além disso, parece que as políticas educacionais, em especial aquelas que dizem respeito ao tema objeto deste estudo, também se situam, sobretudo no âmbito do discurso, passando ao largo das práticas dos sujeitos em intercâmbio no cotidiano da vida escolar e no interior das salas de aula, em todos os níveis do ensino. Assim para Charlot, (1996, p. 49) “*não importa qual seja a correlação entre origem escolar e*

*aprendizagem, é difícil pensar que as políticas e as práticas pedagógicas não produzam nenhum efeito sobre o sucesso ou fracasso dos jovens”.*

Neste sentido concordo com Giroux, citado por Silva (2007, p.53 - 55) quando afirma que:

A vida social em geral e a pedagogia e o currículo em particular não são feitos apenas de dominação e controle. Deve haver um lugar para a oposição e a resistência. (...) os professores e as professoras não podem ser vistos como técnicos ou burocratas, mas como pessoas ativamente envolvidas nas atividades da crítica e do questionamento, a serviço do processo de emancipação e libertação.

Ou seja, o professor pode ser aquele intelectual transformador ao qual se refere Giroux. O professor pode mostrar ao aluno que ele tem potencial de transformar o seu entorno. Todos podem interferir, sendo esta resistência canalizada, de forma a que haja uma busca em favor da igualdade social, sem rebeliões, pois todos, em tese, deveríamos ter igualdades de oportunidades. Ocorre, no entanto, que as pessoas estão em circunstâncias diferentes. A questão é: por quê? No meu entender, é isso que o aluno precisa aprender a questionar.

Para questionar é preciso entender o seu entorno, é preciso ver-se como agente, atuante, entender que têm voz, suas atuações têm influência política e social e que serão respeitadas e levadas em conta, inicialmente pelo professor.

### **3 DIALOGANDO SOBRE A EXPERIÊNCIA COM OUTROS AUTORES**

Como já apontado na introdução um dos motivos que me mobilizou a elaborar este trabalho de investigação foi à relação entre as alunas da minha primeira turma da faculdade.

Nós, professores, quando vivíamos a experiência de sermos alunos, tivemos contato com colegas de classe com os quais nos identificávamos e outros que nem tanto, achávamos “diferentes”. Como foi esta convivência? Muito difícil para alguns, menos difícil para outros, mas, todos nós tivemos a nossa experiência de exclusão e discriminação em algum momento da trajetória escolar. Lembrar essa fase de nossas vidas nos fará compreender porque alunos excluem outros alunos na escola.

Dando continuidade ao meu trabalho de pesquisa, agora com outra turma, fiz do restante do curso o meu campo de pesquisa, estando próximo da definição de Buford Junker (1971) ‘participante total’ que é aquele que desenvolve seu trabalho como um participante, matriculado no curso. No meu caso, já que todas éramos professoras pesquisadoras, não havia a necessidade de revelar ou não os objetivos da pesquisa, porque se subentende que todos que ali se encontram como pesquisadores e estão trabalhando em seus temas, temas esses nem sempre expostos, mesmo quando o assunto é conhecido, ninguém se imagina integrado à observação.

Nesta outra turma passei por um episódio digno de se considerar, por entender que também se tratava de uma atitude excludente. A professora da disciplina de Estágio Supervisionado II da Faculdade de Formação de Professores da UERJ pediu a sugestão da turma para uma visita a uma instituição de educação, onde a 1ª proposta a se considerar foi o Museu da Maré. A turma então passou a desconsiderar a idéia, por acharem o local perigoso, sem atrativo totalmente desinteressante sendo quase que unânime a escolha de outro local, digamos “mais apropriado”. Caberia agora aqui a expressão: “ALOOOO! Com quem se pretende trabalhar como professoras?” Porque se for para lidar com o “homem”, ou seja, “a espécie humana”, são esses os espaços de conhecimento: favela, lixão, museus, teatros, bibliotecas, cinema, pois onde houver gente, há cultura e há espaço de educação para se considerar.

Bourdieu desenvolveu esta diferença entre cultura e sociedade ao mostrar nas suas investigações que a sociedade está estruturada com dois tipos de relações: as de **força**, correspondentes ao valor de uso ao de troca; e, dentro delas, entrelaçadas com estas relações de força, há relações de **sentido**, que organizam a vida social, as relações de significação. O mundo das significações, do sentido constitui a cultura. (SILVA, 2007)

Para interagir com o aluno e mediar a ação de ensino aprendizagem é preciso conhecê-lo, saber como se dá seu convívio social e obter informação, para que esse conhecimento seja usado como forma de identificar e compreender as causas da exclusão. Relações de sentido são agentes motivadores de atitude excludente, o que não entendemos que não faz sentido para nós, comumente é rejeitado por não fazer parte de nossa vida social. Se o professor não valorizar o ambiente social do aluno, ambos terão dificuldades de compreensão mútua e de interação durante o processo de ensino aprendizagem.

Hoje, está presente, até mesmo no senso comum, a idéia de que o homem é um ser social e de que necessita dessas relações como motivação para melhor fazer seu trabalho. Da mesma forma o aluno precisa de uma relação social agradável com seus colegas para melhor se desenvolver, em suas atividades escolares. Portanto, procurar identificar as causas da exclusão dos alunos no interior da sala de aula, avaliar a convivência dos alunos nesse espaço escolar faz-se necessário ao professor, bem como criar um ambiente saudável ao aprendiz em meio às diferenças, tornando prazerosas as relações sociais e favorecendo a prática de ensino.

A posição do professor pode ser preponderante na formação da criança: tanto para ajudar na sua formação quanto na deformação. Não é preciso muito para que o professor coopere na deformação, basta ser omissivo, indiferente ao que acontece ao seu redor. Segundo Paulo Freire (2005), para se tratar da exclusão ou de qualquer outro tipo de discriminação no interior da escola, é de suma importância a atenção quanto ao diálogo, ao amor e a humildade para com os homens em sociedade. Assim podemos nos entender como solidários e companheiros, valorizando as diferenças.

Sabemos que as crianças têm realidades distintas. O que aprendem em casa se reflete na convivência, no mundo fora do lar, de diferentes maneiras.

Louis Pasteur afirma que a criança lhe desperta dois sentimentos: a ternura e o respeito. “Ternura pelo que é e respeito pelo que pode vir a ser”. No entanto, em muitos lares ternura e respeito não fazem parte da convivência, o que parece estar produzindo, por isso, tantas crianças desajustadas. Se na escola, na relação com seus professores, muitas das vezes colocados em lugares substitutos das figuras parentais, também não encontram acolhimento, a criança confirma seu abandono e sofrimento, não se sente segura, o que compromete seu aprendizado, podendo deslocar sua agressividade, necessária em sua disposição de aprender, em agressão indiscriminada, uma vez que, em geral, não tem a possibilidade de expressar aquele sofrimento, que fica para ela incompreendido. Se o ambiente escolar não é agradável, não há o desejo de retornar a esse ambiente e sim de livrar-se dele.

Voltando às alunas que desconsideraram uma visita ao Museu da Maré, subúrbio do Rio de Janeiro, preferindo visitar o Acervo Cultural da Caixa Econômica Federal, comecei a pensar se, apesar de todo o discurso progressista de minhas colegas, não há uma posição marcada pelo o que Dermeval Saviani (1989) identifica como o ensino tradicional e seus métodos. Segundo ele o papel da teoria pedagógica tradicional “*é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados...*” Nesta perspectiva, como relatado por Saviani, “*o mestre-escola será o artífice dessa grande obra. A escola se organiza como uma agência centrada no professor, o qual transmite segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos.*”

Segundo essa concepção de ensino o professor detém o conhecimento e o aluno, por sua vez, necessita do saber do professor, sendo o conhecimento do aluno, desprezado. O que o professor conhece é a “verdade”, porém nos esquecemos que vivemos em um mundo de “muitas verdades”, onde os conhecimentos são desvalorizados ou estimulados, dependendo de quem o receberá ou de quem o emitirá. Parece que se criou a idéia de que existe um conhecimento superior que diz respeito somente a indivíduos merecedores deste conhecimento. Tal idéia desvaloriza e nos afasta do conhecimento que o aluno leva para dentro da sala de aula, proveniente do seu cotidiano, do seu saber anterior ao meio escolar, deixado o mesmo de lado, para que novos conhecimentos ocupem este lugar, em vez de articulá-los com outros saberes, para re-significá-los, enriquecê-los, transformá-los, enfim, re-construí-los.

Penso que a Educação deve existir com o objetivo de fazer o aluno encontrar o caminho do conhecimento criando condições para que toda a bagagem de saber que ele traga seja aproveitada com o objetivo de torná-lo um sujeito pensante, capaz de produzir seu próprio conhecimento.

O conhecimento previamente adquirido pelo educando, pode interagir com os saberes e práticas educativas já existentes. Para exemplificar uma prática, gostaria de relatar o que ouvi de uma professora convidada para dar uma palestra na Faculdade de Formação de Professores UERJ, dizia ela que ao chegar para lecionar em uma Escola Estadual, foi-lhe apresentada uma turma onde os alunos tinham muita dificuldade de aprendizado, a antiga professora da turma falando sobre um aluno em particular, descreveu a situação desse segundo seu ponto de vista, disse: \_ “Esse aluno não consegue aprender nada, ele trabalha vendendo sucatas em um lixão para ajudar no sustento da família”. Conclusão da palestrante, se o menino vende sucata certamente entende de peso, medida, quantidade, soma, nesse caso, resolveu então a empregar como prática educativa matérias usados pelas crianças fora da escola, como latinhas e papéis para ensinar problemas de matemática, o menino que não “aprendia nada” pode estabelecer uma relação entre, o ensino da escola e a prática, desenvolvendo suas habilidades.

Nós, como professores, achamos que vamos ensinar aos alunos, mais na verdade vamos também aprender com eles, pois os alunos, como sujeitos do conhecimento, trazem suas contribuições ao processo de aprendizagem, em nossa prática educativa, devemos buscar sua independência intelectual, ou seja, que possam encontrar sua própria modalidade de aprender e continuarem construindo seu caminho de apropriação e produção do conhecimento. Segundo Freire (2005, p. 54)

O caminho, por isto mesmo, para um trabalho de libertação a ser realizado pela liderança revolucionária, não é a “propaganda libertadora”. Não está no mero ato de “depositar” a crença da liberdade nos oprimidos, pensando conquistar a sua confiança, mas no dialogar com eles.

O educador é essa liderança revolucionária que vai dialogar com o aluno para que esse reflita e aja em favor de sua própria educação, se conscientizando do seu papel no



mundo, percebendo também o valor de seus próprios saberes, compreendendo sua contribuição como agente capaz de produzir, estando ciente, ainda, das perspectivas das leis que foram criadas para uma melhor ação docente e discente, como citarei mais adiante.

Do meu ponto de vista, o educador não pode despejar informações, achando que o educando é um depósito que vai simplesmente selecioná-las, codificá-las e a partir daí processá-las para o seu uso cotidiano. Ao invés disso precisa o educador conhecer esse cotidiano, para então refletir sobre este, como objeto de sua prática pedagógica.

Por outro lado, do ponto de vista da expectativa que se pode colocar na educação formal como solução dos problemas da vida cotidiana de nossos alunos, em especial, no que se refere aos aspectos sócio-econômicos torna-se necessário contextualizarmos os conteúdos que transmitimos. Além disso, penso que não podemos deixar o aluno dependente de nosso ensino, impondo-lhes como verdades absolutas, pois o que conhecemos pode estar sendo traduzido a partir da nossa realidade, da “nossa verdade” e o que os alunos conhecem é a partir da realidade dele, da “sua verdade”. Talvez seja importante lembrarmos que os alunos tomam conhecimento de muitas coisas que nós, professores, desconhecemos e que desconhecemos porque não compartilhamos das mesmas vivências. Por exemplo, talvez conheçamos o que “reza” a lei, enquanto que, muitos vivenciam a injustiça. Do nosso lado, quem sabe digamos: assim diz a lei! E teremos como resposta deles: a lei aqui é outra.

Penso que alguns dos nossos alunos chegarão até nós achando que temos a solução para seus problemas, principalmente os que são trabalhadores, que já se apresentam com interesses e necessidades diferenciadas. Conforme cita Gadotti, (1995, pg. 3)

Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego os baixos salários e as péssimas condições de vida que comprometem o seu processo de alfabetização.

Diante desse quadro o que podemos fazer, senão levar em consideração esta conjuntura social, para tentar buscar junto com eles, soluções possíveis para transformar

sua realidade injusta e desigual, tendo em vista uma “concepção libertadora de educação”. (Freire, 2005) Não podemos conceber a idéia de um conhecimento único e correto os quais os indivíduos precisam assimilar e que está em poder do professor. Isso seria impor nossa visão de mundo. O que temos são “conhecimentos historicamente acumulados” que todos devem ter acesso e muitos outros conhecimentos a serem descobertos e criados. Segundo Gadotti (2000, p. 10)

Há saberes e práticas da comunidade que a escola ignora. No entanto, esses fazeres, estes saberes e práticas interferem no seu dia-a-dia. Subjacentes a eles podem estar mecanismos de dominação, de resistência, de opressão, de contestação que são facilitadores ou dificultadores da implantação do projeto político-pedagógico da escola.

Portanto, penso que não podemos pactuar com a hierarquização dos saberes, ou seja, aceitarmos passivamente de que temos os saberes mais valorizados e outros desvalorizados, depreciados como se não tivessem nenhuma importância para ninguém, como se nem fosse um saber. No entanto tal saber é desprezado quando se desconhece sua utilidade, por causa da diferença do outro.

Paulo Freire chama atenção à importância do *respeito ao senso comum* que conferiria ao educando *estímulo à capacidade criadora*.

Reforçando o que já foi dito anteriormente, penso que querer infligir aos alunos sua verdade é passarmos a idéia vigente de que o professor detém o conhecimento, quando na verdade todos têm saberes, mesmo aqueles desprovidos, despojados de seus direitos, como o de acesso a uma educação de qualidade. Todos são capazes de criar, e não é preciso uma elevada condição financeira, pode se conseguir o necessário com o que se tem nas mãos, ou seja, com os recursos disponíveis. Segundo Freire (2005) “*Só o poder que nasce da debilidade dos oprimidos será suficiente forte para libertar a ambos.*” Entendo com essa fala de Paulo Freire que ele se refere ao saber e também ao capital como poder por isso que erramos quando pensamos ser o capital imprescindível, pois alimentamos o ideal capitalista e concordamos com os que estão comprometidos a uma política desigual que privilegia os condicionantes de uma sociedade de “opressores” e “oprimidos”. Condicionantes esses que são individualistas, que pensam, eu posso, eu tenho, e o conhecimento faz parte desse conjunto de coisas que se pensa possuir.

O conhecimento deve ser compartilhado entre educador e educando, para que esse conhecimento se desenvolva em ações e reflexões. Entendemos não ser fácil este agir, tanto para o educador quanto para o educando, uma vez que estamos condicionados, a mecanismos, a leis, a estruturas sociais formadas, tendo que juntos, educador e educando, entender como elas funcionam. Para Gadotti (2000, p.10)

O analfabetismo é a expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta. Seria ingênuo combatê-lo sem combater suas causas: é preciso partir do conhecimento das condições de vida do analfabeto,...

Portanto temos de conscientizar o educando adulto de que é possível uma transformação e com a capacidade que ele tem a seu alcance, de refletir e criar o tempo todo, nas mínimas coisas do dia-a-dia, como fazer um chá, cozinhar, costurar uma roupa, cuidar dos filhos, como lavrar a terra etc. São saberes que foram aprendidos, após perceberem a necessidade.

É imprescindível, para o aluno estar ciente de seus direitos adquiridos, por lei, pois temos visto significativos avanços na educação, tais como *“igualdades de condições para o acesso a escola; liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de idéias; gratuidade do ensino público...* conquistados também por leis como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal 9694 de 20 de dezembro de 1996 (LDB) e a do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal N 8069 de 13 de julho de 1990 (ECA). Melhorias que percebemos, com o estudo da história dessas leis, que foram conquistas feitas a partir da luta de homens em prol de interesses coletivos, para que as referidas leis cumprissem seu papel defendendo de fato as classes desfavorecidas.

Estou convencida de que a escola e suas concepções, ao longo do tempo, tem se mostrado seletivas e excludentes, temos conhecimento também de que sofreram críticas, transformações e encontraram inúmeras dificuldades para modificar seu sistema de ensino, por causa de uma educação comprometida com interesses econômicos e políticos, interesses sociais que envolvem grupos que reivindicam o poder de um conhecimento privilegiado, classificando o conhecimento, discriminando e fragmentando o ensino de grupos privilegiados e marginalizados.

Em meio a esses esforços está o profissional da educação, que por vezes é julgado, controlado, de tal forma, que muitos têm atitudes descrentes, fatalistas, pensam que não há solução e que as coisas não vão mudar. Porém, as mudanças estão registradas, as leis foram promulgadas, graças a posicionamentos e ações incessantes de conscientização, de divulgação e da luta de educadores, de educandos e da pressão da sociedade civil como um todo. Tal movimento mostra que há aqueles que não estão alheios a sua condição, como indivíduo e cidadão de direito e de participação nas modificações necessárias à transformação do social.

Sendo assim, se faz necessário uma mobilização visando promover ações e reflexões com o objetivo de fortalecer a democracia, como relatou o professor Claudio (2007, p 14) em seu texto, na disciplina EJA:

A mencionada interface entre as leis e as práticas sociais que supostamente regem e determinam, constitui um dos elos fundamentais para a consolidação dos processos de construção democrática da sociedade. A compreensão de sua dinâmica torna-se assim essencial ao estudo e à reflexão sobre as próprias práticas pedagógicas comprometidas com tal processo de transformação social.  
BARRIA

Assim, também as leis promovem informações as quais o educador precisa disponibilizar, para também confrontar com a situação de emergentes mudanças, indispensáveis a educação, para uma melhor ação docente.



*Flavia Rodrigues*  
**(Vovó Chiquita)**

O material didático traz a personagem vovó Chiquita, uma mulher negra, que nasceu em 09 de outubro de 1901, em um sítio na cidade de Rio Bonito, no município de Boa Esperança e faleceu em 21 de novembro de 1988. Não aprendeu a ler nem escrever, gostava muito de contar histórias de sua própria vida, da sua família e das pessoas com as quais conviveu. Sua vida marcou pela peculiaridade de frequentemente estar narrando um acontecimento que era repetido por outras vezes, a ponto de incomodar seus ouvintes com demasiadas narrativas.

O material em questão foi criado tendo em vista trazer uma leitura que pode interessar as crianças e servir como referência para trabalho de educadores. Podendo ser usado em sala de aula com crianças de 7 a 10 anos. Segundo HAMPATÉ BÂ (1972, p. 181)

Quando falamos de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apóie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África.

O material didático em questão tem como objetivo valorizar a cultura afro-brasileira e enfatizar a importância da tradição oral como forma de propagar a história e cultura negra e o negro, como estabelecido na Lei 11. 645/8 de 10 de março de 2008.



A vovó Chiquita era uma figura inesquecível, seu sobrenome poderia ser história, pois era o que ela mais gostava de fazer.

A questão é que a vovó Chiquita vivia narrando os acontecimentos de sua história de vida, inúmeras histórias pra todos os gostos, demoradas, curtas, assustadoras, engraçadas, inacreditáveis, em todas as histórias, a vovó esteve presente. Mesmo sendo de idade avançada, tinha boa memória, lembrava de cada história em seus mínimos detalhes.

Era só alguém se aproximar da vovó Chiquita, logo após a apresentação, se fosse desconhecida, se fosse conhecida não haveria precisão. Partia-se logo para a história, eram coisas de muita importância que não podiam ficar guardadas em sua memória, carecia ser compartilhada, já que a vovó Chiquita não podia registrar-las, pois não sabia o código da escrita. Mais fazia a leitura e interpretação dos acontecimentos. Havia a necessidade de falar, de transmitir todos os conhecimentos, arquivados em sua mente. Como nas sociedades africanas de onde vieram seus descendentes, onde as pessoas mais velhas são muito respeitadas, pois possuem uma memória privilegiada, guardam as histórias de seu povo, contribuindo para propagar os acontecimentos as gerações, são verdadeiras bibliotecas vivas, onde pode consultar os fatos ocorridos na história de uma família ou um povo.

Escolhemos registrar a história da vovó Flavia Rodrigues (Vovó Chiquita), por encontrar nessa história a referência ao incômodo com a fala da vovó, o que demonstra o desmerecimento a oralidade que culminou com a falta por ter perdido tal fundamento, e por percebermos a necessidade de ouvir as histórias e memórias de pessoas nativas de nossa terra no intuito de levar àqueles que ouvem a uma identificação e valorização do que

esta sendo transmitido. Em nossa sociedade não se dá o devido valor as narrativas orais, por considerar o registro escrito mais digno de crédito.

A história da vovó como material didático pode auxiliar professores a incentivarem seus alunos a valorizar as narrativas orais, procurando ouvir as falas não só de familiares, mas também apreciar suas próprias narrativas, numa tentativa de resgatar as vozes dos indivíduos, contribuindo para que esses indivíduos percebam sua identidade coletiva. Segundo BENJAMIM (1994, p. 197-198)

São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências.

A personagem vovó Chiquita tem prazer em narrar seu conhecimento, compreendia que não era puro palavreado, mais sim que suas palavras traziam ensinamentos importantes, isso não quer dizer que é um conhecimento a ser seguido, e sim experiência para ser compartilhada, podendo ser produzida se desejada, trazendo outros relatos.

Walter Benjamin (1994), ao nos mostrar o quanto a arte de narrar está em declínio, pois a modernidade distanciou-se da prática de trocar experiências, nos ajuda a compreender o potencial da narrativa, como instrumento na arte de intercambiar experiências. *Uma sociedade se torna mais pobre, quando não têm por hábito o compartilhar histórias.*

Percebemos então a necessidade de uma literatura que transmita a fala do povo negro, numa tentativa de levantamento da história através da fala do ator.

Acreditamos no potencial das narrativas, na troca de conhecimento entre os sujeitos, por esse motivo trazemos esse material didático que se configura como metodologia principal o contar a história de vida, que pode ser usada para iniciar vários aprendizados.

Sendo assim temos como resultado a publicação da história de uma pessoa que pode ser vista pelo aluno como alguém igual, que pode ser reconhecida no cotidiano familiar, os ouvintes podem aprender com essa experiência, tanto para gerar nova

apresentação, como também para não seguir o mesmo caminho se essa não foi proveitosa, quando contamos na história nossa experiência de não ter dado atenção as narrativas da vovó Chiquita, temos a intenção de despertar o interesse do leitor pelas histórias que são ouvidas em seu dia-a-dia. Segundo LAROSA 2001:

É experiência aquilo que nos passa, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao passar-nos nos forma e nos transforma... esse é o saber da experiência: o que se adquire no modo como alguém vai respondendo ao que vai lhe acontecendo ao largo da vida e no modo como vamos dando sentido ao acontecer do que nos acontece. No saber da experiência não se trata da verdade do que são as coisas, mas do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece... por isso ninguém pode aprender da experiência de outro a menos que essa experiência seja de algum modo revivida e tornada própria.

Estamos todos em uma formação contínua, aprendendo e ensinamos a cada dia com o que fazemos e ouvimos. Por isso ao atentarmos para as narrativas orais buscamos conhecer os sujeitos suas histórias e memórias e procuramos refletir a partir dessas histórias praticas, só assim poderemos compreender quem somos qual a história de nosso povo. .Segundo ROMÃO (1999, p. 23)

As crianças negras, clientela das escolas públicas, têm tido, inúmeras vezes, escassos acessos a recursos didáticos de qualidade. Na verdade o livro didático se resume, na grande maioria, no único recurso disponível como instrumento auxiliar no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

## **CONCLUSÕES POSSÍVEIS**

Em relação ao material pedagógico sugerido, pode-se concluir que o livro de história da vovó Chiquita, vem contribuir para o acesso nas escolas de mais um recurso a ser utilizado, que sirva como mecanismo, no sentido de auxiliar o professor a tornar conhecida a cultura afro-brasileira. Já que a vovó era uma mulher negra que trazia



consigo em seu modo de agir, em seus traços físicos características próprias que a identificava como uma legítima descendente, onde residia ainda a memória viva da África.

Sua história pode significar a valorização por meio da consideração das memórias e histórias do povo negro, que passa a ser vista registrada em livro e presente na fala do professor em sala de aula. ROMÃO (1999, p.23) nos alerta para a necessidade de introduzir subsídios próprios da cultura buscando fortalecer *a auto-estima de nossas crianças e adolescente*.

Não podemos deixar de ressaltar que a vovó Chiquita deixou uma herança cultural que se perpetua em seus netos e bisnetos. Sua bisneta, Marcela de Freitas Novais Maia<sup>1</sup>, foi quem ilustrou o material didático, com seus desenhos.

No que se refere à questão temática deste trabalho, ou seja, “**a posição do professor como mediador da educação frente à exclusão do saber na escola, em sala de aula**”, pode-se concluir que o saber é a experiência que cada indivíduo traz consigo, portanto o aluno possui uma infinidade de saberes adquiridos com a vivência e o diálogo com o outro, não se pode medir o valor ou classificar esses saberes, o professor, pode apenas fazer uso desses conhecimentos trazidos pelo aluno/a, aproveitá-los no sentido de não desperdiçá-los, e não menosprezar as experiências do educando.

O conhecimento pode ser desejado, buscado, como também se pode não reconhecer-se sabedor, podendo ser desmentido e até desvalorizado. Alguns acham que têm muita sabedoria outros que não têm, no entanto todos possuem e retêm conhecimento, porque vivem e se relacionam. Freire chama a atenção para a importância do diálogo, por entender que se adquiri o saber com a troca de idéia com o outro indivíduo, que traz um saber próprio. Alguém já disse sermos “*todos ignorantes, só que em assuntos diferentes.*” Talvez querendo dizer com isso que desconhecemos mais do que sabemos, devido à grandeza das ciências. Se fossemos levar em consideração as muitas sociedades e a grande quantidade de pessoas existentes, pressupor o saber que é

---

<sup>1</sup> - Graduanda do curso de Bilíngüe de pedagogia, INES-DESU. Cursou oito anos de desenho com o prof. Fernando R .E. Fernandes, formado na EFBA (Escola Fluminense de Belas Artes).

vivente em cada uma delas poderíamos concluir, que temos muito a aprender ou que realmente não sabemos muita coisa.

Consideramos importante percebermos que estamos todos educador/ora e educando em um processo de formação ininterrupto e conscientizar-nos disso vai levar-nos a uma sociedade participativa nos processos sociais.

Nenhuma pessoa possui todo conhecimento, não importa a quantidade de tempo que essa pessoa tenha estudado, não importando também a quantidade de livros que tenha lido ou se tenha viajado por todo o mundo, mesmo assim, esse sujeito não possui todo o conhecimento. Pois o conhecimento esta distribuído em todos os seres humanos dotados de razão, como também distribuído na natureza, para ser observado.

Portanto cada sujeito pode contribuir com sua experiência, para que junto com o outro, possamos alcançar novos conhecimentos, entendendo que não há uma uniformidade científica, não há um padrão estipulado de conhecimento a alcançar.

Pensando assim, o professor poderá privilegiar a escuta ao educando, compreendendo o que este tem a contribuir com seu saber e daqueles que estão em seu entorno.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1 - BARRIA, C. ECA, LDD e Educação Popular: diversas perspectivas para diversos fins. Universidade Federal do Fluminense. 2007

- 2- BENJAMIN, W. O Narrador. Considerações Sobre a Obra de Nikolai Leskov. Magia e Técnica, Arte e Política – Ensaio Sobre a Literatura e História da Cultura. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Vol. 1.
- 3- BRUNER, J. A cultura da educação. Porto Alegre. Artmed Editora, 2001.
- 4 -CHARLOT, B. 1996. Relação com o saber e com a escola entre estudantes da periferia. Cadernos de Pesquisa, (97): 47-63.
- 5 - FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. RJ: Editora Paz e Terra, 2005.  
\_\_\_\_\_. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. 37ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- 6 - GADOTTI, Moacir. Texto, Para chegar lá juntos e em tempo: Caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos. Educação de Jovens e Adultos II, 1º semestre de 2009.
- 7- JUNKER, Buford H.. A importância do trabalho de campo: uma introdução às ciências sociais. Rio de Janeiro: Lidador, 1971, p.214.
- 8 - LAROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Leituras da Secretaria Municipal de Campinas, Campinas, SP, n.4, julho de 2001. s/p.
- 9- ROMÃO, Jeruse. Por uma Educação que Promova a Auto-Estima da Criança negra. Caderno CEAP. 1999.
- 10- SAVIANI, D. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.
- 11- SILVA, T. T da. Documento de Identidade: uma introdução do currículo. IN: O que produz e o que reproduz em Educação. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2007.
- 12 – [www.pensador.pt/autor/louis\\_pasteur](http://www.pensador.pt/autor/louis_pasteur). Acessado dia 20 de Outubro de 2008.